



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – 2021

1. Identificação da Reunião

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
21/04/2021 Quarta-feira	Início	10h	Término	11h	Videoconferência	Magistrado Paulo Roberto Vieira Rocha

2. Objetivos da Reunião - Pauta

1. Apresentação da Comissão;
2. Proposta de criação de cronograma de reuniões;
3. Proposta de contratação de Profissional Especialista em Gestão Pública para ministrar curso voltado para os servidores da área de Engenharia do Tribunal;
4. Assuntos gerais (piso tátil (orçamento); Libras (balcão virtual)...

Participantes

	Nome	Lotação
1	Paulo Roberto Vieira Rocha	Juiz Auxiliar da Presidência
2	Lindinaldo Silva Marinho	Juiz Auxiliar da Corregedoria
3	Márcia Valério	SGP
4	Ricardo Gomes Pereira de Mello	CAEMA
5	Jackson Bertamoni de Lima	SEGEPE
6	Isabela Franco Cavalcanti	NUSA
7	Fernanda dos Santos Almeida	SGP
8	Ricardo Oliveira da Silva	OFICIAL DE JUSTIÇA
9	Aryoswaldo José Brito Espínola	SADM
10	Karina Pereira Diniz	Segurança – CSI

3. Discussão da Pauta

Assunto
<p>Aberta a reunião, o Magistrado condutor apresentou os novos membros da Comissão e, em seguida, propôs a criação de uma agenda de reuniões, de forma que, ao término de uma reunião, outra já seja designada, buscando, com isso, sempre manter o tema em pauta. Em seguida falou do avanço do Tribunal em relação ao tema, a exemplo do recente Balcão virtual em Libras. Citou outros projetos em andamento, como a instalação do piso tátil no fórum, realização de cursos voltados para os arquitetos e engenheiros do TRT, com a finalidade de aguçar a sensibilidade dos profissionais, disseminando-a em todo o Tribunal. Em seguida, franqueou a palavra aos demais participantes.</p> <p>Com a palavra, Márcia Valério esclareceu que o Gestor da Secretaria Administrativa, Aryoswaldo Espínola, falaria a respeito do item 3 da pauta, que trata da proposta de contratação de Profissional Especialista em Gestão Pública para ministrar curso voltado para os servidores da área de Engenharia do Tribunal. Proposta essa que já está na Administração do Tribunal, posto que incluída no evento relativo aos “100 Dias” da Administração do Desembargador Leonardo Trajano.</p>



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – 2021

Antes da fala do Servidor Aryoswaldo, o Magistrado Paulo Roberto expôs que, quanto ao referido curso, dada a tecnicidade do tema, em um primeiro momento seria possível fazê-lo em um formato mais técnico, tipo webinar e, em um segundo momento, possivelmente em outubro/2021, realizar-se-ia um curso presencial, com maior abrangência de público.

Com a palavra, o Servidor Aryoswaldo Espínola pontuou que, ao ser demandada pela Presidência do Tribunal para lançar uma proposta do que seria trabalhado nos “100 Dias”, uma das preocupações da sua equipe foi trabalhar na construção de um projeto de acessibilidade. Assim, em um primeiro momento, pensaram na contratação de uma consultoria. Após amadurecimento da ideia com os profissionais envolvidos, evoluiu-se para outra proposta, mudando o contexto do anteriormente pensado, mas que atendessem ao interesse do Tribunal e da sociedade.

Apresentou, então, a proposta de contratação de capacitadores, visando o nivelamento dos engenheiros e arquitetos do TRT, para ministrarem curso voltado para a norma de acessibilidade, a NBR 9050, para que todos os projetos, a partir de então, sejam pensados na acessibilidade, isso porque a referida norma elenca uma série de medidas que devem ser observadas para o atendimento de tal demanda, apresentando tabelas, programações etc. Ao final da capacitação, como Oficina, continuou Aryoswaldo, ter-se-ia a construção do projeto trabalhado nos “100 Dias”, a exemplo do projeto de sinalização.

A segunda parte da capacitação, acrescentou Aryoswaldo, seria dirigida ao aspecto da comunicação, abrangendo a forma de comunicação no site, a forma de acolhimento do pessoal etc. Essa capacitação, por ser mais bem aproveitada se realizada na forma presencial, seria em momento mais oportuno, levando-se em consideração a questão da imunização em relação ao Covid. Ao final, Aryoswaldo pediu apoio do Comitê, para que o Tribunal avance no projeto de acessibilidade.

Franqueada a palavra, a Servidora Karina Diniz ponderou que a capacitação prática originou-se do “Projeto Acessibilidade para Todos”, realizado há dois anos pelo Tribunal, e que atingiu o objetivo de tornar o tema mais acessível. Em relação ao projeto, acrescentou, existia previsão de continuidade, para que todos os servidores do Tribunal participem e sejam treinados para a convivência com pessoas com deficiência, e não apenas aqueles que atendem o público. Inclusive, acrescentou, quando o Tribunal participou, com esse projeto, do Prêmio Inovare no ano passado, ficou entre os 10 finalistas. Por fim, opinou pela capacitação prática/presencial, aduzindo que o objetivo seria melhor alcançado.

O Juiz Lindinaldo Marinho aduziu que existem pequenas ações que podem ser feitas, visando sair das discussões dos limites físicos e entrar na seara do digital. Acrescentou que o Governo Federal firmou parceria entre o Ministério da Economia, a Secretaria do Governo Digital e a UFPB, que, por meio do “LAVID/UFPB” - Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital, desenvolveu um conjunto de ferramentas gratuitas, a “Suíte VLibras”, largamente utilizada nos sites do Governo Federal, para disponibilizar aos usuários de libras uma ferramenta para fazer a leitura do site, sendo, inclusive, utilizada pelo TST. Nosso TRT, propôs o Magistrado, poderia, dentro da política de acessibilidade, iniciar as discussões acerca da possibilidade de utilizá-lo em seu site, se não em toda as páginas, pelo menos nas páginas institucionais principais: home page, subpágina que trata da forma de contato, a página da Carta de Serviços ao cidadão.

Com a palavra, Karina participou aos membros que já havia tido uma conversa com Márcia Valério sobre a possibilidade de se ter na página do TRT um link com as principais figuras/palavras das libras. Assim, mesmo o servidor que não conhece libras, teria noção do básico para prestar informações simples. De acordo com Karina, é uma medida simples e pode virar projeto institucional a ser encaminhado para o Inovare. Sugeriu, ainda, que a SETIC possa ficar responsável pelo desenvolvimento, em parceria com a FUNAD.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – 2021

Aryoswaldo sugeriu, em relação ao acolhimento, que a acessibilidade seja voltada para todos. Acessibilidade não só em termos de deficiência, mas voltada para a igualdade de gêneros, entre outras.

Com a palavra, os Servidores Fernanda e Ricardo mencionaram todas as dificuldades pelas quais passam no Tribunal, no aspecto físico, tanto no prédio das Varas do Trabalho como no Edifício-sede.

O Servidor Jackson frisou que as ações de acessibilidade são monitoradas pelo CNJ, através do Plano de Logística Sustentável. Alertou sobre a necessidade de a Comissão fazer registros históricos sobre as dificuldades encontradas nesse início de concretização do projeto. Falou sobre a importância de a capacitação sobre o tema acessibilidade fazer parte da agenda anual do Tribunal.

Com a palavra, a servidora Isabela ressaltou a importância da Comissão sempre escutar os relatos das pessoas com deficiência sobre as dificuldades vivenciadas por elas para um melhor planejamento das ações da Comissão e para a execução de ações mais eficazes.

Por fim, o Coordenador da Comissão, Dr. Paulo Roberto, pontuou as deliberações da presente reunião, acrescentando que, a partir dessas e de outras que possam ser acrescentadas, a comissão trabalhará para fazer os encaminhamentos necessários. São elas:

- 1) Realização de capacitação de engenheiros e arquitetos do Tribunal, de forma telepresencial;
- 2) Realização de curso de forma presencial, em Outubro/2021,
- 3) Continuidade do Projeto Acessibilidade para Todos, resgatando tudo o que já foi feito e deliberado desde 2019, inclusive o nome do projeto;
- 4) Demandar junto à SETIC visando a possibilidade de implantação do Suite Vlibras no site deste Regional;
- 5) Independentemente do andamento das ações mais demoradas, demandar junta à CEMA a mudança de maçanetas do Edifício-sede, dos secadores para mãos livres nos banheiros, dos leitores de cartões mais acessíveis para quem está de carro, remoção de molas e de pequenas barreiras nas portas dos setores e salas do Tribunal;
- 6) Que esta comissão de passe a contemplar a questão de acessibilidade dos transtornos, especialmente quanto à capacitação para acolhimento (recepção) e utilização de nome social;
- 7) Utilização, nas plataformas do Tribunal, de avatares;

Deliberou-se, por unanimidade, por reuniões trimestrais, podendo ser periodicidade alterada posteriormente.

Por fim, restou definido o dia 21.07.2021, às 10h00, para a realização da próxima reunião.

A presente Ata foi digitada por mim, Maria Cardoso Borges, e segue assinada pelo Magistrado PAULO ROBERTO VIEIRA ROCHA e por mim.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 13ª REGIÃO

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA

Ata da 1ª Reunião da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão – 2021

--



Data da Ata	Assinatura
João Pessoa, 21 de abril de 2021.	PAULO ROBERTO VIEIRA ROCHA Juiz Auxiliar da Presidência